

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.258 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2001

Agenda da Semana

Plenário analisa mudança nos fundos constitucionais

Os senadores começam a discutir amanhã, em plenário, a proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Luiz Otávio, que destina 25% dos recursos dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a projetos de infra-estrutura econômica. Esses projetos ficariam sob responsabilidade dos governos estaduais.



Comissão de Infra-Estrutura avalia acidente em plataforma

PÁGINA 5

Emilia Fernandes convocou extraordinariamente a CI

PÁGINA 3



Deputado, contador do Vasco da Gama e sócio de Luxemburgo falam à CPI

PÁGINA 3



CAE realiza seminário sobre dolarização nas Américas

PÁGINA 5

Arminio Fraga participa do seminário no Senado



Plebiscito para criar estado e debates com ministros foram destaques no Senado

A aprovação do plebiscito para consultar a população de Mato Grosso sobre o desmembramento do estado, os depoimentos de ministros sobre o conflito econômico com o Canadá e a criação de 70 cargos de defensores públicos marcaram a semana.

PÁGINA 2



Gilvam Borges: não enfrentar a violência é "sacramentar nossa falência como sociedade"

Gilvam defende ação coordenada contra violência

PÁGINA 8



Marluce Pinto: se não forem tomadas medidas urgentes, a tragédia ocorrida em 1998 poderá se repetir

Marluce alerta para incêndio florestal em Roraima

PÁGINA 8



Lauro Campos: situação nos presídios e aumento da violência são fruto do modelo econômico

Lauro vê efeitos negativos na política econômica

PÁGINA 8



PARLAMENTARES OUVEM 20 PESSOAS EM SÃO LUÍS

PÁGINA 5

Criação de novo estado e conflito com Canadá foram destaques em Plenário

Os senadores também aprovaram semana passada projeto de lei que cria 70 cargos, a serem preenchidos por concurso, de defensor público da União. O texto vai agora à sanção presidencial

A possível criação do estado do Araguaia e a crise nas relações entre Brasil e Canadá foram os principais temas da semana passada no Senado. Na quinta-feira, o Plenário aprovou projeto de decreto legislativo que prevê a convocação de plebiscito sobre o estabelecimento da nova unidade da Federação. Também foram acolhidas as propostas de abertura de 70 novos cargos de defensor público da União, de renovação e outorga de concessões a seis emissoras de rádio e de criação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Nos dois dias anteriores, os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e da Agricultura e Abastecimento, Pratin de Moraes, participaram em plenário de debates com os senadores, durante os quais condenaram o protecionismo dos países desenvolvidos e demonstraram pouco otimismo quanto à possibilidade de redução, a curto prazo, da tensão existente entre os governos do Brasil e Canadá.

Apesar do fim da proibição canadense à importação de carne brasileira, permanece o impasse



Na quarta-feira, o Congresso se reuniu para homenagear as mulheres

nas negociações junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre os programas dos dois países de estímulo às exportações de aviões, disse na terça-feira, dia 13, o ministro Celso Lafer.

— É forçoso reconhecer que a revogação da proibição referente à carne bovina está longe de resolver nossas divergências. Subsiste o desgastante contencioso comercial da indústria aeronáutica, hoje de volta à OMC e sem solução à vista — afirmou Lafer. A decisão do governo canadense de suspender as importações de carne, sob o argumento de risco teórico de contaminação do rebanho pela doença da vaca louca, foi ado-

tada no início de fevereiro.

Na quarta-feira, dia 14, o ministro da Agricultura, Pratin de Moraes, afirmou estar cada vez mais convencido de que o recurso frequente a barreiras sanitárias constitui, na verdade, o “novo nome do protecionismo”. Ao mesmo tempo em que reduzem suas tarifas de importação, observou, os países ricos aumentam as barreiras não-tarifárias às exportações dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, lembrou Pratin, a crise deflagrada no comércio internacional, após o surgimento de casos de contaminação de animais como a doença da vaca louca, pode abrir novos espaços

para o Brasil, que teria condições de se transformar, em poucos anos, no maior exportador mundial de carnes.

Também na quarta-feira, o Senado e a Câmara realizaram sessão conjunta para comemorar o Dia Internacional da Mulher, transcorrido no último dia 8.

COMISSÕES

Na quinta-feira, em depoimento à CPI do Futebol, o jornalista Paulo César Ferreira, integrante do conselho deliberativo do Flamengo, acusou o atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva, de cometer irregularidades na compra e venda de jogadores e de deixar de pagar os impostos referentes a essas transações.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal de Santos Silva, do Flamengo; do presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda; e dos presidentes das federações de futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e de São Paulo, Eduardo Farah. Na terça-feira, a CPI colheu depoimento do ex-presidente do Vasco Antônio Soares Calçada.

Iris entrega prestação de contas sobre reunião em Nairóbi

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) entregou à Mesa do Senado a prestação de contas pormenorizada da atuação da delegação brasileira na reunião realizada em Nairóbi, Quênia, para debater assuntos relacionados a habitação. O encontro foi preparatório para a Conferência sobre o Habitat, a ser realizada em Nova York, Estados Unidos, em continuidade ao Habitat II, ocorrido em Istambul, capital da Turquia. Juntamente com o senador Ademir Andrade (PSB-PA), Iris integrou a comitiva brasileira que

participou do encontro.

Iris Rezende destacou a participação no encontro de Nairóbi do chefe da delegação brasileira, o secretário especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Ovídio de Ágelis. De acordo com o parlamentar, Ágelis teve “um grande desempenho” na reunião.

Para o representante de Goiás no Senado, os brasileiros tiveram uma participação marcante entre as delegações dos 182 países que estiveram no Quênia. Segundo disse, a delegação comprovou que

o governo brasileiro vem cumprindo todos os pontos assumidos no protocolo de intenções assinado em Istambul.

— O Brasil mostrou que ganha dianteira no cumprimento daqueles compromissos assumidos no Habitat II.

PESAR

O senador Iris Rezende manifestou sexta-feira em plenário seu pesar pela morte de José Cruciano de Araújo, ex-deputado federal e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás. Para o senador, que se soli-

darizou com a família de Cruciano, o ex-reitor foi “um dos goianos mais ilustres da história do Brasil”.

Iris destacou aspectos da vida do ex-deputado. Ele foi um “grande esposo, grande pai e grande cidadão”, segundo o senador. Aos 20 anos, Cruciano já era secretário de governo de Goiás. Três anos depois, foi nomeado secretário de Educação e Cultura. Formou-se em Farmácia e em Direito e atuou, por quatro anos, como reitor da universidade.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não-deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; votação em turno suplementar do substitutivo do Senado ao PLC que dispõe sobre o exercício profissional da atividade de técnico de segurança patrimonial; PLC nº 27/95, que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; PLC nº 31/95, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho; e PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870/65, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; PLC nº 72/95, que disciplina os anúncios de oferta de emprego; PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLC nº 50/98, acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio.

Sexta-feira

9h — Sessão não-deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: acidente na plataforma da Petrópolis ocorrido na Bacia de Campos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2080-60, que institui o Código Florestal.

Pauta: estabelecer cronograma de trabalho. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Enganar é Viver*, de Etienne Chatiliez

Local: Auditório Petrólio Portella

Quinta-feira

9h às 18h30 — Comissão de Assuntos Econômicos promove o seminário *Dolarização versus Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil*. A organização está também a cargo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, do Itamaraty. O debate vai contar com a participação do presidente do Banco Central, Arminio Fraga, do deputado Delfim Netto, do diretor do Banco Central, Daniel Gleizer, e dos economistas Afonso Celso Pastore, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, Eduardo Giannetti da Fonseca e Paulo Nogueira Batista Jr. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI ouve Robson Tuma, contador do Vasco e sócio de Luxemburgo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura irregularidades no futebol marcou para amanhã três depoimentos: o do contador do Clube de Regatas Vasco da Gama, Vanderlei Guilherme Doring, o do ex-juiz de futebol e sócio da empresa Luxemburgo Empreendimentos Imobiliários José Carlos Santiago de Andrade, que assinou declarações de renda do técnico Wanderley Luxemburgo, e o do deputado federal Robson Tuma (PFL-SP).

O contador do Vasco da Gama será interrogado sobre o contrato do clube com o Bank of America, que resultou na criação da empresa Vasco Licenciamentos (Vaslic), detentora dos direitos de comercialização da marca Vasco da Gama. Entre outras denúncias de irregularidades, estão depósitos da Vaslic no Liberal Bank, das Bahamas, de quantias

superiores a US\$ 12 milhões por ordem do atual presidente do clube, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ).

Há ainda pelo menos um depósito identificado de R\$ 2 milhões pela Vaslic na conta do funcionário Aremithas de Lima, também por ordem de Eurico Miranda. O ex-presidente Agathyrno da Silva Gomes garantiu que o Vasco vem sendo lesado pelo grupo de Eurico Miranda, que controla o clube há 18 anos.

José Carlos Santiago de Andrade vai ser interrogado sobre possíveis crimes contra o sistema tributário cometidos pelo atual treinador do Corinthians, Wanderley Luxemburgo. O deputado Robson Tuma vai dar explicações sobre a prática de lavagem de dinheiro, já que foi membro de CPI da Câmara dos Deputados que investigou o tema.

Althoff espera resultado dos pedidos de quebra de sigilo

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), espera ter nos próximos dias os primeiros resultados dos pedidos de quebra do sigilo bancário e fiscal dos presidentes do Clube de Regatas Vasco da Gama, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), e do Clube de Regatas do Flamengo, Edmundo Santos Silva, além das federações de futebol de São Paulo e do Rio de Janeiro e de seus respectivos presidentes, Eduardo Farah e Eduardo Viana, conhecido como *Caixa d'Água*.

A CPI já tem várias denúncias de irregularidades na contabilidade dos dois clubes do Rio de Janeiro, que incluem desvio de dinheiro, fraudes cambiais e tributárias e lavagem de dinheiro. Em depoimentos à CPI no último dia 15, os ex-conselheiros do Flamengo Roberto Abranches e Paulo César Ferreira apontaram dívidas do clube superiores a R\$ 200 milhões, além do desaparecimento de US\$ 2 milhões dos US\$ 6,5 milhões pagos pelo clube ao Venezia, da Itália, na compra do jogador iugoslavo Petkovic.

Os US\$ 2 milhões teriam sido pagos às empresas Lake Blue e Picoline e depositados em contas bancárias de paraísos fiscais do



Geraldo Althoff: pedidos fundamentados em várias denúncias que chegaram à CPI

Caribe. Há informações também de que US\$ 21 milhões gastos na compra/empréstimo dos jogadores Petkovic, Tuta, Gamarra, Denilson e Alex não foram sequer informados ao Banco Central. As negociações foram feitas no exterior, com dinheiro da patrocinadora do clube, a multinacional de *marketing* esportivo ISL.

Em relação ao Vasco, há depósitos em paraísos fiscais por ordem do atual presidente, Eurico Miranda, igualmente sem comunicação ao Banco Central, além de várias outras denúncias de fraudes fiscais, cambiais e suspeita de lavagem de dinheiro.

Plenário examina proposta que muda fundos regionais

PEC em discussão destina 25% dos recursos a projetos de infra-estrutura econômica sob responsabilidade dos governos estaduais

Começa a ser discutida amanhã, em plenário, a proposta de emenda constitucional que destina 25% dos recursos dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a projetos de infra-estrutura econômica. Os financiamentos, de acordo com a proposta, ficarão sob a responsabilidade dos governos estaduais e beneficiarão obras como hidrovias, estradas e construção de usinas produtoras de energia.

Apresentada pelo senador Luiz Otávio (sem partido - PA), a emenda constitucional - que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) - visa a combater uma das causas da falta de projetos que utilizem recursos dos fundos constitucionais. De acordo com o senador, a precariedade da infra-estrutura regional, que inviabiliza ou eleva bastante o custo de um grande número de projetos, tem desmotivado eventuais candidatos aos financiamentos.

Também serão apreciados nesta semana em plenário projetos que disciplinam relações de trabalho e emprego. Uma das propostas regulamenta os anúncios publicados nos jornais sobre oferta de empregos. De acordo com o texto, que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), os anúncios deverão conter o nome da empresa



Luiz Otávio: objetivo da proposta é corrigir a precariedade da infra-estrutura regional

que oferece o emprego, seu ramo de atividade, funções a serem desempenhadas, remuneração oferecida e número de vagas.

Os processos que envolvem empregados demitidos por justa causa deverão ter prioridade para julgamento na Justiça, segundo projeto que também tem parecer favorável da CAS e será colocado em votação em plenário. O julgamento dessas ações, pela proposta, deverá ser realizado no prazo máximo de 120 dias. Outro projeto a ser apreciado prevê a inclusão do valor das horas extras habituais no cálculo de indenização de empregados demitidos. Essa prática já vem sendo homologada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As propostas de regulamentação do exercício profissional dos técnicos de segurança patrimonial e de equiparação aos atletas profissionais dos peões de boiadeiro, ambas com parecer favorável da

CAS, deverão igualmente ser colocadas em votação nesta semana. Da mesma forma, será apreciado projeto que estabelece repouso mínimo de 12 horas contínuas - depois de cada jornada de trabalho - para os ferroviários.

Dois outros projetos com parecer favorável da CAS que serão apreciados em plenário são os que prevêm a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira, para fiscalizar a utilização de recursos direcionados a essa atividade, e a regulamentação do acesso das entidades sindicais às informações provenientes de registros administrativos, como as referentes a estoque de empregos, admissões, desligamentos e remuneração de empregados. Oito projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio em seis estados também serão apreciados pelo Plenário.

Objetivo é desenvolver setores produtivos

Criados pela Constituição de 1988, os fundos constitucionais são instrumentos para aplicação de recursos em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Conforme a Constituição, a União deve destinar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para programas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Segundo o Ministério da Integração Regional, o FCO havia movimentado R\$ 1,6 bilhão, de sua criação até dezembro do ano passado, sendo R\$ 1,4 bilhão em projetos agrícolas e R\$ 192 milhões em atividades industriais ou agroindustriais. Administrado pelo Banco do Brasil, o FCO é o único fundo que disponibiliza informações sobre projetos em infra-estrutura, que haviam absorvido R\$ 3,3 milhões do total aplicado até dezembro do ano passado, ou 0,2%.

Até novembro do ano passado, o FNO havia repassado R\$ 2,3 bilhões para a região Norte, de acordo com dados do Ministério da Integração Regional, sendo R\$ 1,9 bilhão para o se-

tor rural e R\$ 354,6 milhões para o setor industrial e agroindustrial. O FNO realiza repasses por meio do Banco da Amazônia. Sua diretriz é o desenvolvimento sustentável da região Norte, atendendo a atividades produtivas de baixo impacto ambiental.

O maior volume de recursos da história dos fundos foi aplicado pelo FNE, administrado pelo Banco do Nordeste. Até novembro do ano passado, o FNE registrava repasses no valor de R\$ 7,6 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões ao setor rural e R\$ 2,02 bilhões a atividades industriais e agroindustriais.

Iris repudia noticiário sobre desvio de recursos da Caixa

Segundo o senador, inquérito da Polícia Federal elaborado durante cinco meses não mostrou “uma vírgula” sobre seu irmão ou o PMDB

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) manifestou seu repúdio às notícias veiculadas pelos telejornais de quinta-feira à noite, afirmando que o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, e o *Jornal da Record*, da Rede Record de Televisão, divulgaram inverdades em relação ao desvio de R\$ 5 milhões referentes a pagamentos de dívidas trabalhistas de ex-funcionários da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego).

Da tribuna, na sexta-feira, o senador explicou cronologicamente os fatos. Segundo ele, no ano passado seus inimigos políticos espalharam um boato dando conta de que o dinheiro desviado da Caixa teria favorecido a campanha do PMDB em Goiás. Iris era o candidato do partido a governador do estado.

— Foram atitudes que considero insanas de um procurador da República, meu inimigo antes de nascer, por problemas administrativos que tive com seu pai e seu tio. Para abrir uma avenida, tivemos de desapropriar mais de cem prédios e seu pai era dono de três propriedades. E veio o boato — explicou Iris.

De acordo com o senador, um inquérito da Polícia Federal elaborado durante cinco meses — até com certa exorbitância das autoridades, assinalou — não mostrou “uma vírgula” sobre seu irmão, Otoniel Machado — que chegou a ser detido — ou o PMDB.



Iris Rezende: o que adversários em Goiás fazem é satânico, desumano e inaceitável

Para o parlamentar, o juiz que determinou a prisão de seu irmão “foi extremamente ingênuo”. Ele lembrou que todas as ações foram anuladas e que em 48 horas o Tribunal Regional Federal revogou a decisão sobre a prisão. Depois, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou a Justiça Federal incompetente para julgar o caso, passando-o para a esfera da Justiça estadual. Posteriormente, afirmou o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou ilegal a quebra de sigilo telefônico que motivou a prisão de seu irmão.

O parlamentar lembrou que, à época das denúncias, foi à tribuna se defender. Segundo ele, os R\$ 5 milhões foram desviados por um dos advogados que defendiam os interesses dos funcionários da Caixa. Meses depois, o dinheiro reapareceu, depositado por um sócio desse advogado.

O senador explicou que a sentença da Justiça trabalhista determinava que os funcionários recebessem, na ação, R\$ 14 milhões, mas o advogado se apropriou de R\$ 5 milhões. Na quinta-feira, outro juiz do trabalho reviu a sentença, determinando uma indenização menor e a devolução de pouco menos de R\$ 4 milhões aos cofres da Caixa.

— Uma decisão judicial, que não é problema nosso. Mas na TV Globo, o *Jornal Nacional* informou que o dinheiro foi entregue ao estado, que conseguiu reavê-lo. Ora, o dinheiro estava lá havia meses. Não tínhamos nada com isso. Depois vejo (no *Jornal da Record*) o Bóris Casoy dar de novo toda a notícia, relembrando todo o assunto, com retrato do meu irmão. Venho à tribuna em respeito a essa Casa, aos senadores, ao Bóris, à imprensa, apenas para dizer que o que meus adversários em Goiás têm procurado fazer é satânico, é desumano, é inaceitável — afirmou.

O parlamentar lembrou que, à

Em 41 anos de carreira, “orgulho da vida pública”

Ao refutar as acusações formuladas nos noticiários da televisão, Iris Rezende afirmou ter orgulho de sua vida pública. Lembrou que, em 41 anos de sua carreira política, foi por duas vezes presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e prefeito de Goiânia por três anos e nove meses, até ser cassado. Depois, foi governador de Goiás por três anos e ministro da Agricultura por quatro anos. Foi governador de novo por três anos e seis meses, quando se desincompatibilizou do cargo para se candidatar a senador.

— Poderia, sem nenhum mal, ser detentor de canais de comunicação no meu estado. Mas não tenho uma rádio sequer. Não quero condenar o político que cria uma estrutura de comunicação em seu estado, mas nem isso eu tive coragem. Nem isso eu

quis. Nunca um parente meu tirou um centavo no BEG (Banco do Estado de Goiás). Nunca um secretário meu teve um empréstimo — desabafou o senador, salientando que a maior parte da renda de sua família vem da extração mineral.

Iris afirmou que, durante a campanha, “chegaram ao cúmulo” de dizer que ele utilizara o nome de seu pai para ocultar suas rendas. Sua resposta, informou, foi pegar todas as declarações de renda dele e de seu falecido pai e levá-las ao procurador-geral de Justiça no estado. Também entregou uma autorização para a quebra de seu sigilo bancário.

APARTES

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) desceu ao plenário para fazer um aparte. Segundo Lobão, Iris “está sendo vítima da hereditariedade do ódio, que se transferiu ao DNA”. Lobão afirmou que

Bóris Casoy, editor do *Jornal da Record*, e Evandro Carlos de Andrade, jornalista responsável pelo *Jornal Nacional*, foram igualmente vítimas das acusações dos adversários políticos de Iris.

Já o senador Carlos Wilson (PPS-PE) disse reconhecer em Iris uma das figuras públicas mais sérias que o país pode ter. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou o seu orgulho por ser companheira de partido de alguém como Iris. Para ela, muitos companheiros de partido vêem o ex-governador de Goiás como um ídolo.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) destacou o convívio de 20 anos com Iris. Lembrou que participaram juntos da campanha das diretas e do “monumental comício” que Iris realizou em Goiânia. Nabor manifestou sua solidariedade e a “convicção de que a história e o Poder Judiciário de Goiás farão justiça” a Iris.

Eduardo quer mudar fundo que financia o ensino superior

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez, na sexta-feira, um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que reveja alguns critérios estabelecidos para a obtenção de bolsas de estudo por alunos carentes do ensino superior, como o da exigência de que a inscrição



Eduardo: novos critérios prejudicam estudantes do Norte

seja feita somente via Internet.

Eduardo anunciou que enviará ao ministro ofício assinado por ele e por vários senadores, solicitando mudanças nos dispositivos que regulam o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), novo sistema de financiamento que substituiu o antigo Crédito Educativo. Ele quer também o fim da proibição do uso do CPF dos pais ou do responsável legal do estudante, mesmo quando este for menor de 18 anos, assim como o fim da destinação de maior número de bolsas para as instituições que oferecem cursos de maior demanda. O senador pretende ainda que o ministro estenda o prazo das inscrições, que se encerram no próximo dia 23.

O parlamentar informou ter recebido reivindicações nesse sentido de vários diretórios acadêmicos do Tocantins. Ele explicou que a ins-

crição via Internet é inviável, porque pouco mais de 10% da população têm acesso a esse meio de comunicação, o que beneficia apenas os mais favorecidos. Com relação à proibição do uso do CPF pelos responsáveis do aluno, acrescentou, é notório que grande parte da população estu-

dentil é desempregada e não possui renda, o que significa que poucos são os que detêm o CPF.

Eduardo pediu o apoio de todos os senadores, sobretudo os da região Norte, para que o ministro da Educação corrija essas distorções, pois os mais prejudicados serão justamente os estudantes mais carentes e as regiões de menor densidade demográfica.

— Espero que o ministro Paulo Renato, com sua sensibilidade, possa estar atento a essas distorções e, confirmando-as, corrigi-las no menor prazo possível, ainda neste início do ano letivo — concluiu Eduardo Siqueira Campos.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) concordou que a inscrição somente pela Internet vai dificultar ainda mais o acesso dos estudantes mais pobres ao Fies.

Patrocínio aplaude convênio para qualificação de professor

A Fundação Universidade do Tocantins estabeleceu uma parceria com a Educação Continuada (Educon) que vai permitir a qualificação dos professores da rede de ensino do estado do Tocantins, de acordo com informações prestadas pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que conside-



Patrocínio: formação deficiente impede cumprimento da LDB

rou o fato auspicioso para o estado. O curso oferecerá, em cada telessala, uma televisão para recepção das aulas, um videocassete, um computador conectado à Internet e uma biblioteca com 120 volumes.

Segundo o senador, o curso terá duração de 3.220 horas/aula, será realizado em três anos e atenderá a cerca de quatro mil professores em 60 cidades do Tocantins, distribuídos em cem telessalas com turmas de 40 alunos. O monitoramento será feito por tutores com graduação su-

perior.

Carlos Patrocínio observou que a formação insuficiente dos professores impede o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que prevê uma formação mínima para os profissionais. Estatísticas do Censo do Professor, realizado pelo MEC,

citadas pelo senador, apontam que mais da metade dos professores do ensino fundamental no Brasil não têm curso superior e cerca de 5% deles têm no máximo o ensino fundamental.

— O despreparo dos professores acompanha *pari passu* as disparidades regionais já mencionadas e penaliza sobretudo as populações das regiões Norte e Nordeste, onde se concentra o maior número dos chamados professores leigos — declarou.

Comissão de Infra-Estrutura analisa acidente de Campos

CI foi convocada em caráter extraordinário por sua presidente, Emilia Fernandes, para discutir a explosão na plataforma da Petrobras

O acidente na plataforma Petrobras-36 (P-36), na Bacia de Campos (RJ), que causou a morte de uma pessoa, deixou um ferido em estado gravíssimo e nove desaparecidos, será o tema da reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura marcada para amanhã, às 10h. A reunião, em caráter extraordinário, foi convocada pela presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS).

A notícia das três explosões na plataforma da Petrobras foi tema de vários pronunciamentos na sessão do Senado na quinta-feira. Também foi aprovado pelo Plenário requerimento de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) solicitando o encaminhamento de voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente.

Outra reunião marcada para amanhã, às 17h, é a da comis-



Diante da gravidade do acidente, Emilia decidiu convocar extraordinariamente a comissão

são mista que está analisando a Medida Provisória nº 2.080-60. A MP altera a legislação que institui o Código Florestal e a que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A pauta estabelecida

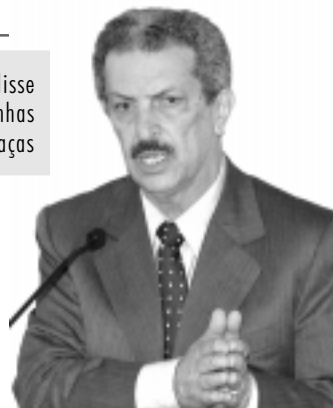
pelo presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), é a definição do cronograma de trabalho. Esta semana deverão ocorrer ainda reuniões para definir as mesas das diversas comissões do Senado.



Clima tenso leva CPI a ouvir testemunhas em sigilo no Maranhão

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país realizou uma série de diligências e audiências públicas em São Luís (MA), entre quinta-feira e sábado. Instalada na Assembléia Legislativa do estado, a CPI tomou o depoimento de 20 pessoas, entre policiais, integrantes de quadrilhas, empresários e políticos que estariam implicados com o roubo de cargas. Diante do clima de ameaça e medo que cercou os depoimentos, a CPI decidiu ouvir os testemunhos de forma sigilosa. De acordo com o senador

Romeu Tuma (PFL-SP), que preside a CPI, várias das testemunhas depuseram sob ameaça. Tuma referiu-se especialmente aos relatos de dois ex-policiais militares, Antônio Lisboa e Antônio Carlos Maia. Eles, que anteriormente haviam incriminado os ex-deputados estaduais José Gerardo de Abreu e Francisco Caíca e o empresário Joaquim Lauristo, se recusaram a cooperar com a CPI. Porém, uma fita cassete contendo gravações de ameaças e subornos foi entregue ao senador para posterior análise. A fita comprovaria a pressão para que os ex-PMs mudassem seus depoimentos.



Romeu Tuma disse que várias testemunhas sofreram ameaças

De acordo com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), também presente às audiências, os testemunhos foram tomados em sessão secreta por causa das ameaças de morte. Ele salientou que a CPI confrontou os depoimentos de diversos acusados de envolvimento com o roubo de cargas. O senador disse que a ação das quadrilhas de roubo de cargas estabelecidas no Maranhão tem se notabilizado pela violência. Geraldo Cândido lembrou que quatro presos integrantes de quadrilhas foram assassinados enquanto eram transferidos de presídios.

Senado promove seminário sobre dolarização nas Américas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove na quinta-feira o seminário Dolarização versus Pluralismo Monetário nas Américas: a Controvérsia Vista do Brasil. A organização do evento também está sendo feita pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, do Itamaraty.

O debate vai contar com a participação, entre outros, do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, do deputado Delfim Netto, do diretor do Banco Central, Daniel Gleizer, dos economistas Affonso Celso Pastore, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, Eduardo Giannetti da Fonseca e Paulo Nogueira Batista Jr.

Os trabalhos serão organizados por duas mesas diretoras: uma pela manhã, presidida pelo sena-

dor Bernardo Cabral (PFL-AM), e outra à tarde, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A participação do Senado na organização do seminário é uma iniciativa do grupo de trabalho sobre assuntos monetários internacionais da CAE, composto pelos senadores Bernardo Cabral, Eduardo Suplicy, Jefferson Péres (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Os debates ocorrerão na sala 19 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, das 9h às 18h30.



Bernardo Cabral presidirá uma das etapas do seminário

Partidos indicam observadores para acompanhar investigação do painel

As lideranças partidárias no Senado já indicaram quatro observadores para acompanhar os desdobramentos da comissão de inquérito administrativo que analisa a possibilidade de fraude no painel eletrônico de votação durante o processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Segundo o presidente da comissão, Dirceu Teixeira de Matos, os observadores podem assistir aos depoimentos ou fazer a leitura de sua transcrição.

Até o final desta semana, a comissão já havia ouvido 12 pessoas vinculadas ao Senado, ao Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal), à empresa fabricante do painel e à responsável por sua manutenção. Sem poderes para reco-

mendar penalidades no caso de ser comprovada a violação do sigilo do painel eletrônico, essa comissão de inquérito está encarregada apenas, esclarece Teixeira, de concluir se houve ou não fraude e de apontar os responsáveis.

Quanto à entrega do laudo da perícia realizada no painel por técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp), o presidente da comissão disse que ainda não há prazo definido. No momento, a equipe da Unicamp está analisando o material retirado dos discos rígidos (memória) dos computadores que mantêm o sistema de votação eletrônico. A possibilidade de os peritos retornarem a Brasília para colher mais informações é considerada remota por Dirceu Teixeira.

Iniciada apuração sobre vazamento de dados sigilosos de Luiz Estevão

A comissão administrativa do Senado que investiga se o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social, entregou a jornalistas dados protegidos por sigilo bancário e telefônico do ex-senador Luiz Estevão, à época da CPI do Judiciário, ouviu na sexta-feira os primeiros depoimentos. Todos são funcionários de carreira do Senado e trabalharam na CPI, no ano passado.

Os depoimentos continuam hoje, quando a comissão, presidida pelo consultor legislativo Wilson Roberto Theodoro, examinará também a degravação da fita que registrou a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e três procuradores da República.

Segundo a revista *IstoÉ* e o procurador Luiz Francisco de Souza, durante a conversa, o jornalista, que acompanhava o senador, teria informado que distribuira à imprensa dados sigilosos do senador Luiz Estevão.

Comédia francesa é atração do Cultura ao Meio-Dia

O filme *Enganar é Viver*, do diretor francês Etienne Chatiliez, será exibido na próxima quarta-feira, ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, localizado no prédio principal do Senado Federal. Trata-se de uma comédia que conta a história de Francis, um homem que leva uma vida infernal, até ser confundido com um marido desaparecido. Para fugir de sua própria vida, resolve se passar pelo outro, mas se sente culpado por enganar uma mulher maravi-

lhosa e suas duas filhas.

A apresentação do filme faz parte do projeto Cultura ao Meio-Dia, promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado. Durante todo o mês de março, serão exibidas produções francesas das décadas de 80 e 90. Na próxima semana, o projeto apresenta *O Declínio dos Homens (Regarde les Hommes Tomber)*, de Jacques Audiard. A mostra conta com o apoio da Cinemateca da Embaixada da França no Brasil e tem entrada gratuita.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Redescobrimo o Brasil* — Lampião
6h30 — *Debate* — O sen. Lúcio Alcântara e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, falam sobre planejamento municipal
7h30 — *Entrevista* — O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
8h — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — O coração — parte 1
9h — *Redescobrimo o Brasil* — Lampião
9h30 — *Entrevista* — O sen. Pedro Piva fala sobre Brasil e comércio exterior
10h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
11h — *Entrevista Especial* — “Imprensa e Poder”, com o jornalista Carlos Chagas
12h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
12h30 — *Entrevista* — O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
13h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
13h30 — *Debate* — O sen. Sebastião Rocha e o diretor da Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam sobre medicamentos genéricos
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Pedro Piva fala sobre Brasil

e comércio exterior

19h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
19h30 — *Debate* — O sen. Lúcio Alcântara e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, falam sobre planejamento municipal
20h30 — *Entrevista* — O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsa: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação: ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Jucá destaca conquistas obtidas pelas mulheres

Senador ressalta a crescente participação feminina no processo político, mas afirma que discriminação é grande e “ainda há muito a conquistar”

Em discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, transcrito no último dia 8, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou as conquistas obtidas, especialmente no último século, pelas mulheres. Mas alertou para a necessidade de união para que as conquistas sejam mantidas e os direitos ampliados até a situação de completa igualdade entre os sexos, raças, credos e etnias.

Na opinião do senador, “a insubmissão das mulheres fez surgir uma nova relação social”. Ao enfrentarem preconceitos e discriminações, prosseguiu ele, “as mulheres denunciaram relações de poder espúrias e excludentes”. Jucá também destacou a crescente representação política feminina, onde os



Romero Jucá observou que a “insubmissão das mulheres fez surgir uma nova relação social”

avanços são notórios, sobretudo levando-se em conta que só em 1932 as mulheres ganharam direito de voto no Brasil. Hoje, afirmou, elas representam 5,7% dos prefe-

tos eleitos e 11,6% dos vereadores. “No Congresso Nacional, há cinco senadoras e 34 deputadas federais. E esses números tendem a aumentar graças à lei de cotas, que estabelece percentuais mínimos de participação de mulheres nos pleitos”, frisou o senador.

“Mas ainda há muito a conquistar”, ressaltou Romero Jucá. Segundo ele, as mulheres constituem 44% da força de trabalho no Brasil, são mais escolarizadas — 42% têm ensino médio, contra apenas 26% dos homens —, mas a remuneração feminina é 41,3% menor para o desempenho de tarefas idênticas. Além disso, as mulheres são as vítimas mais frequentes de violência doméstica, abusos sexuais e de prostituição.

Na TV Senado, Patrocínio defende fortalecimento da construção civil

O programa *Entrevista* recebe hoje o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) para uma conversa sobre construção civil e habitação. O senador defende o fortalecimento da construção civil para resolver o problema da habitação no país. Ele argumenta que o crescimento dessa área geraria emprego e renda para a mão-de-obra desqualificada que hoje vive marginalizada. A TV Senado exibe o programa *Entrevista* às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30.

No programa *Entrevista* das 9h30 e 18h30, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) fala de comércio exterior. Avalia, entre outros pontos, a participação brasileira na Alca (Área de Livre Comércio das Américas) após o incidente com o Canadá, os rumos do Mercosul e da política desenvolvimentista do Brasil.

O jornalista Carlos Chagas é o convidado do programa *Entrevista Especial*, que vai ao ar às 11h nesta segunda-feira, onde falará do seu livro *O Brasil sem retoques*, que reconstitui fatos da história brasileira a partir de material publicado pela imprensa.

Planejamento municipal é o tema discutido no programa *Debate*, que vai ao ar hoje na TV Senado. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Welson Gasparini, analisam a situação atual dos 5.559

municípios brasileiros. O senador apresenta também a cartilha *Planejamento em Município de Médio e Pequeno Porte*, desenvolvida pelo Instituto Teotônio Vilela, do qual é presidente. *Debate* será exibido às 6h30 e 19h30.

O programa *Debate* das 13h30 discutirá a questão dos medicamentos genéricos. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam das dificuldades na produção e comercialização dos genéricos no Brasil, do possível acordo de importação com Cuba e também da possibilidade de uma parceria com a Índia, onde a produção dos medicamentos genéricos ocorre em larga escala.

Lampião é o especial que a TV Senado apresentará às 6h e 9h no programa *Redescobrimo o Brasil*. O telespectador vai conhecer a história do rei do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Ele se meou por quase 20 anos temor e admiração no sertão nordestino.

O programa *Idéias*, que estreou na programação semana passada, é dedicado a mostrar um pouco mais do que fazem os senadores, as opiniões e posições que revelam nos discursos em plenário e o que estão propondo com os novos projetos de lei. Hoje, o programa enfoca a



O senador Lúcio Alcântara foi entrevistado sobre planejamento municipal

preocupação dos senadores e do governo com o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Além disso, trata dos desafios do comércio internacional, do programa Bolsa-Escola e da campanha para levar médicos e enfermeiros aos municípios mais carentes do Brasil. O programa vai ao ar às 3h, 8h, 12h e 19h.

O novo programa *Fala Cidadão*, agora maior e mais completo, responde às perguntas feitas pelos cidadãos que ligaram para o serviço *Voz do Cidadão*, no número (0800612211). Dúvidas sobre o andamento de projetos, o trabalho do Senado e dos senadores sobre questões que atingem a sociedade, são alguns dos temas comentados pelos senadores e de matérias e programas produzidos pela TV Senado. Nesse primeiro programa, o telespectador saberá mais sobre a reforma do sistema penitenciário e o biodiesel, combustível feito a partir da mamona. O *Fala Cidadão* irá ao ar às 5h, 10h e 13h.

Ademir defende mudanças na Sudam e na Sudene

Contrário à extinção das duas superintendências, senador ressalva que as denúncias devem ser investigadas. “É preciso apurar, identificar os culpados e colocá-los na cadeia, mas não extinguir os órgãos”, afirma

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu em plenário, na sexta-feira, mudanças no funcionamento das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (Sudam e Sudene) e na maneira como esses órgãos arrecadam recursos para os fundos que servem de base para o desenvolvimento das regiões. Ademir afirmou, no entanto, que é contrário à extinção dessas superintendências, acrescentando que, se o governo decidir por sua transformação em agências de desenvolvimento, as alterações devem ser debatidas com a sociedade regional.

Ademir informou que há desacordo no governo sobre o que será feito com a Sudam e a Sudene, dizendo que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, defende a transformação das superintendências em agências de desenvolvimento, enquanto o ministro da Fazenda, Pedro Malan, quer sua extinção.

O senador observou que os erros de funcionamento das superintendências se devem à legislação, que

permite que empresas do Sul e do Sudeste devedoras do Imposto de Renda ao invés de pagar suas dívidas ao Tesouro Nacional apliquem os montantes devidos nos fundos de Investimentos do Norte e do Nordeste (Finor e Finam). O problema é que essas empresas escolhem os empreendimentos que serão beneficiados com seus recursos. Por poderem escolher a quem será feito o empréstimo, há empresários que, irregularmente, exigem dos empreendedores devolução de até 40% do total cedido pelos fundos. De acordo com Ademir Andrade, essa norma deveria ser mudada e o próprio governo deveria aplicar os recursos arrecadados via Imposto de Renda.

Ademir disse que o povo da Amazônia não aceita a imposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de extinguir a Sudam. Acrescentou que as denúncias do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre a Sudam não são novidade e vêm sendo feitas há 18 anos por ele próprio e por outros parlamentares da oposição.



Ademir Andrade diz que o Norte e o Nordeste precisam de incentivos

– É preciso apurar, identificar os culpados e colocá-los na cadeia, mas não extinguir os órgãos. O povo da

Amazônia não é culpado pelas irregularidades da Sudam nem pela ação errada de empresários. Nossas regiões precisam de incentivos – frisou.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o problema não está na existência das instituições e sim em sua estrutura, que funciona de maneira errada. “Se toda vez que houver denúncia de irregularidades o governo extinguir um órgão, em breve não teremos nenhuma estrutura administrativa no Brasil”, disse.

Bello Parga protesta contra inclusão de governadores no relatório sobre Usimar

O senador Bello Parga (PFL-MA) protestou contra a inclusão da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, entre os responsáveis pelas irregularidades constatadas no projeto Usimar, aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia



Bello Parga: governadores não opinam sobre idoneidade das propostas

(Sudam) e relacionado com a construção de uma indústria em São Luís. O relatório final do Grupo Especial criado pelo Ministério da Integração Nacional para investigar a Sudam estendeu aos integrantes do Conselho Deliberativo do órgão a responsabilidade pela aprovação de projetos irregulares.

Bello Parga manifestou sua discordância por essa decisão do Grupo Especial, por entender que os membros do Conselho Deliberativo, entre os quais se incluem os governadores da região, não opinam sobre idoneidade técnica ou financeira das propostas, limitando-se a examinar os aspectos políticos e a conveniência

de o projeto instalar-se neste ou naquele estado. “Estranho e não compreendo essa inclusão”, afirmou.

Para Bello Parga, são os funcionários dos órgãos internos da Sudam que devem ser responsabilizados pelas irregularidades, se o Tribunal de Contas confirmar corrupção em relação ao projeto. Ele lembrou que o próprio ministro Fernando Bezerra reconheceu ser natural que um governador faça gestões em favor de um projeto a ser implantado em seu estado.

Depois de esclarecer que está prevista no Usimar a implantação de uma indústria de componentes automotivos em São Luís no valor de R\$ 1,3 bilhão, o senador acrescentou:

– Qualquer governador gostaria de ver um empreendimento dessa magnitude em seu estado, gerando renda e empregos. Essa posição política não pode ser confundida com responsabilidade por irregularidades técnicas ou financeiras do projeto.



Quintanilha: pesar pela morte de “um amigo que comungava do sonho de desenvolver o Tocantins”

Quintanilha lamenta morte de Paulo Curado

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lamentou em plenário, na sexta-feira, a morte de Paulo Alencastro Curado, afirmando que ele era um ilustre tocantinense e “um amigo que comungava do sonho de desenvolver o estado do Tocantins”. Paulo Alencastro Curado foi vítima de infarto do miocárdio, segundo o senador.

Depois de registrar a trajetória da família Curado pelos estados de Goiás e do Tocantins, Quintanilha destacou os laços de amizade que tinha com seus integrantes e a contribuição da família aos esforços de “implantação, consolidação e desenvolvimento do Tocantins”.

Mozarildo contesta críticas de Dante de Oliveira à criação de novo estado

As críticas que o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, dirigiu ao senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) indignaram o parlamentar. Autor de três projetos de decreto legislativo que autorizam plebiscitos para decidir a criação de estados e territórios na região amazônica, a partir do desmembramento dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará, Mozarildo não entende por que, em lugar de combater a idéia, o governador prefere atacá-lo publicamente.

De acordo com matéria publicada no *Correio Braziliense* de sexta-feira, o governador reagiu à notícia de que o Senado aprovou na quinta-feira plebiscito para a criação do estado do Araguaia afirmando que defender uma segunda divisão de Mato Grosso “é coisa de quem não sabe da realidade socioeconômica e política do estado”, e que o senador “deveria cuidar das mazelas de Roraima, se é que ele é mesmo de lá”. Mozarildo contestou a declaração de Dante de Oliveira, dizendo que, como brasileiro, tem o direito de emitir opiniões sobre qualquer parte do país.

Para o senador, a preocupação de Dante de Oliveira não se justifica, já que somente em 2003 os plebiscitos deverão ocorrer, pois os projetos que tratam do assunto ainda serão examinados pela Câmara



Mozarildo Cavalcanti avalia que o seu projeto atende aos anseios da população

dos Deputados. Como autor da emenda das *Diretas Já*, o atual governador deveria estar satisfeito em poder consultar a vontade popular, disse Mozarildo. Pelos contatos que teve com boa parte dos moradores da região que poderá vir a constituir o novo estado do Araguaia, ele avalia que o seu projeto atende aos anseios da população.

O senador salientou que, no Brasil, a quantidade de dinheiro que circula em um estado é proporcionalmente inversa ao seu tamanho. Estados muito menores do que o Amazonas, como Rio de Janeiro e São Paulo, são bem mais ricos, ressaltou. Na sua opinião, as desigualdades sociais são resultado das desigualdades geográficas.

Senador quer incluir Roraima no plano de combate a incêndios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do governo explicações sobre o fato de o plano de combate a incêndios denominado Programa de Atuação no Arco do Desmatamento (Proarco), que dispõe de um orçamento de US\$ 25 milhões, não contemplar seu estado, que vem sendo atingido sucessivamente por incêndios nos últimos anos.

Mozarildo lembrou que, em 1998, uma extensa área da floresta de Roraima foi queimada, episódio que teve repercussão inter-

nacional. Além de reivindicar que o estado seja incluído no programa, o senador propõe que se adote com urgência a mecanização da lavoura, pois em sua avaliação os incêndios decorrem, sobretudo, das técnicas de plantio utilizadas na região. Na falta de áreas para a agricultura, esclareceu, é comum, na Amazônia, que o fogo seja usado para a derrubada de florestas. Fotos de satélite comprovam que cerca de 50% dos incêndios ocorrem em comunidades indígenas, adequadas desse tipo de prática.

Gilvam prega ação nacional contra a violência

Alarmado com o número de mortes provocadas pelo aumento da criminalidade, senador defende a mobilização do governo e da população para enfrentar o problema. “Do contrário, estaríamos sacramentando nossa falência como sociedade”

Lauro: política econômica leva à falência do Estado

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira que os sinais que estão sendo enviados pela sociedade brasileira, principalmente pela parcela de cidadãos jogados em penitenciárias, apontam para a criação de um anti-Estado nacional, resultado de uma política econômica que um integrante do próprio Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos já reconheceu como sendo “socialmente explosiva”.

O comando exercido por organizações criminosas sobre partes crescentes da sociedade indicaria, na opinião dele, que Fernando Henrique Cardoso conseguiu o que ele próprio já teria considerado como impossível: pagar a dívida ex-



Lauro: sinais apontam para o surgimento de um anti-Estado nacional

terna e garantir equilíbrio orçamentário.

— O impossível foi alcançado no Brasil, mas às custas da falência do Estado como instituição central da organização social e do estabelecimento de relações pouco assépticas entre os Poderes Executivo e Legislativo, fontes de sucessivas denúncias de corrupção — afirmou.

Daí, na sua opinião, a avaliação de Norman Bayle, integrante do Conselho de Segurança Nacional norte-americano, para quem “a maneira pela qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) está cobrando a dívida externa dos países latino-americanos está destruindo a classe média no continente e criando uma situação explosiva”.

Valadares se solidariza com vítimas de acidente da Petrobras

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) solidarizou-se com as famílias dos operários sergipanos Sérgio Santos Barbosa e Geraldo Magela, gravemente feridos durante as explosões ocorridas quinta-feira na plataforma de processamento P-36 da Petrobras, no Campo de Roncador, na Bacia de Campos (RJ).

Valadares observou que, apesar de a Petrobras ter se destacado como uma das empresas petrolífe-

ras mais respeitadas do mundo, de algum tempo pra cá, vem causando preocupação. Para o senador, desde o momento em que o governo concentrou sua prioridade econômica no pagamento da dívida, “a Petrobras não é mais a mesma”.

Ele lamentou que a mão-de-obra de alto nível, que marcou a Petrobras, venha sendo substituída pela contratação de serviços terceirizados. Valadares — da mesma maneira como fizeram, na véspera, seus colegas Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Lauro Campos (PT-DF) — atribuiu à política atual de desmonte do Estado a origem dos graves problemas e acidentes que atingiram a Petrobras nos últimos anos. Valadares ressaltou que Sergipe e Petrobras “sempre tiveram intimidade”. E citou a exploração de amônia e potássio, além da plataforma continental de petróleo, como algumas das iniciativas responsáveis pelo desenvolvimento econômico do estado.



Na opinião de Antonio Carlos Valadares, “a Petrobras não é mais a mesma”

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu, em discurso feito sexta-feira, a necessidade de uma ação organizada em todo o país para combater a violência, com apoio multidisciplinar das universidades e recursos do governo. Ele lembrou que a violência atinge hoje grandes e pequenos centros urbanos, em todos os segmentos sociais e em todas as regiões do país, sem limites. O problema, disse, vem abalando a sociedade e os parlamentares não podem se calar nem se omitir.

Na opinião de Gilvam, o problema é grave mas há soluções. “Do contrário, estaríamos sacramentando nossa falência como sociedade organizada”, afirmou. Para o senador, o primeiro passo deve ser a identificação das diversas formas pelas quais a violência se manifesta. Em seguida, deve ser feito um mapa geral do quadro de violência. O próximo passo seria propor ações que possibilitem enfrentar o fenômeno.

Gilvam Borges acredita que a causa motriz da violência generalizada está no “sistema econômico dominante, que foi capaz de muitas vitórias mas utilizou-se de mecanismos cujos resultados, sob o ponto de vista humano, foram desastrosos”. Na

opinião dele, o sistema exacerbou o individualismo, impulsionado por uma máquina publicitária que elegeu a competição como meio de vida.

— Valores essenciais à vida coletiva, como respeito ao outro ou conhecimento de direitos e deveres, foram sendo substituídos pelo objetivo de vencer a qualquer preço — disse o senador.

Ele citou estudo do Ministério da Saúde que demonstra o aumento dos óbitos por causas externas — homicídios, acidentes de trânsito, afogamento e suicídio — no Brasil, nos últimos 20 anos. Em 1977, eles representaram 8% das mortes. Em 1997, esse número pulou para 13,22%. O risco de morrer assassinado no Brasil é três vezes maior que nos EUA e 40 vezes maior que no Japão. Só é menor que na Rússia e na Colômbia. No Brasil, a violência é ainda a principal causa de morte entre os homens de 15 a 19 anos.

Gilvam Borges destacou a impor-



Gilvam Borges associa o fenômeno da violência ao individualismo exacerbado

tância da educação na solução do problema. “A educação é a alavanca que transforma, modifica e prepara o homem para uma vida com dignidade e ética”, disse.

Ele lembrou a importância de universalizar também o ensino médio, não só o fundamental no Brasil.

— A escola precisa oferecer aos alunos ensino de qualidade e um saber voltado para a realidade. Precisa preparar os jovens para o pleno exercício da cidadania imbuído de valores universais — afirmou o parlamentar.

O senador defendeu ainda a ideia de que cada município tenha sua Casa de Cultura. Ao encerrar o discurso, Gilvam homenageou as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado no último dia 8. Ele referiu-se especialmente à funcionária do Senado Márcia Azevedo, que acabou de lançar o livro *Prática do Processo Legislativo*.

Marluce pede apoio de FHC para combater a incêndio em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apelou ao presidente da República para que adote medidas urgentes de combate ao fogo em Roraima, a fim de que não se repita a tragédia de 1998, da qual o estado ainda não se recuperou.

O município de Amajari, um dos mais atingidos pelos incêndios de 1998, enfrenta de novo o problema da falta de recursos materiais e humanos para estancar o fogo, informou a senadora, e o prefeito já anunciou decretação de calamidade pública. Há focos de incêndio em outros seis municípios e no território ianomami, acrescentou ela.

Vários alertas foram feitos para



Marluce Pinto informou que, somente em janeiro, foram detectados 78 focos de fogo

evitar o que está ocorrendo hoje em Roraima, segundo Marluce Pinto. Desde janeiro último, os responsáveis pelo Programa de Atuação no Arco do Desmatamento (Proarco) registraram sua preocupação com índices inferiores a 35% de umidade relativa do ar, temperaturas acima de 35°

e média mensal de chuvas na região de cerca de 2 milímetros, contra os 27,5 milímetros costumeiros, afirmou a senadora. Preocupados também se disseram os responsáveis pelo PrevFogo e os técnicos da Embra e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), pois em janeiro já haviam sido detectados 78 focos de fogo, a maioria concentra-

da ao longo da BR-174.

Em fevereiro, observou ela, o Departamento Estadual de Meio Ambiente constatou aumento dos focos, que atingiram o número de 136, disseminados por todo o estado.

ORÇAMENTO

Marluce comunicou que, na última quarta-feira, os parlamentares da região Norte decidiram que todas as emendas da bancada ao Orçamento de 2001 aprovadas deverão ter seus recursos distribuídos de modo igualitário entre os sete estados da região. A bancada aprovou recursos totais no valor de R\$ 59,5 milhões. Divididos igualmente, eles representarão um aporte de R\$ 8,5 milhões para cada estado, caso não haja contingenciamento. A reunião dos parlamentares da região Norte foi presidida pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e coordenada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO).

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Lauro Campos e Mozarildo Cavalcanti